

10° SIMULADO

# TCE RJ

ÁREA: CONTROLE EXTERNO  
PÓS-EDITAL



**Estratégia**  
Concursos

# Simulado Especial

## TCE/RJ Área Analista de Controle Externo (Controle Externo)

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-Controle-Externo-29-08-20>**

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E



**CONHECIMENTOS BÁSICOS****PORTUGUÊS**

Felipe Luccas

**TEXTO I****As raízes da corrupção no Brasil**

A cordialidade da elite do município de Curuzu enganou o honesto e ufanista Policarpo Quaresma. No início, o personagem central da obra de Lima Barreto chegou a pensar que a intimação assinada pelo simpático presidente da Câmara era apenas uma brincadeira (capinar e limpar mil e duzentos metros de estrada). Porém, o documento era uma vingança. Ao se recusar a entrar no jogo da corrupção local, Policarpo se tornou alvo de represálias.

No romance de 1911, a corrupção na esfera pública não surge como fenômeno novo, mas aparece como mal característico da sociedade, que a República não demonstra interesse em suprir. As represálias sofridas por Policarpo escancaram o uso do patrimônio público para interesses privados.

Essa confusão tem sua origem séculos antes da publicação do romance. A ausência de distinção entre público e privado (patrimonialismo) e favorecimento de indivíduos com base nos laços familiares e de amizade (clientelismo) foram características do modelo de colonização aplicado no Brasil.

Tolerada pela Corte e ignorada pela Justiça, a corrupção encontrou, desta maneira, em solo brasileiro, condições propícias para sobreviver e se difundir na cultura do novo país durante a sua formação.

Sem uma ruptura real com as práticas patrimonialistas e clientelistas, depois das duas primeiras grandes mudanças no sistema político – a independência e a proclamação da República – a corrupção continuou ganhando terreno em instituições públicas e no cotidiano brasileiro.

"Desde a colônia, temos um Estado que nasce por concessão, no qual a instituição pública é usada em benefício próprio. A corrupção persiste no Brasil devido a essa estrutura de colonização", diz a historiadora Denise Moura.

<https://www.dw.com/pt-br/as-ra%C3%ADzes-da-corrup%C3%A7%C3%A3o-no-brasil/a-39098226>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. O autor faz uso de uma referência literária para introduzir o tema do texto: a origem da corrupção no Brasil.
02. Segundo as ideias veiculadas no texto, a corrupção continuou alastrando-se no Brasil republicano.
03. Os vocábulos “represálias” e “indivíduos” se acentuam pela mesma justificativa gramatical.
04. Infere-se do texto que Quaresma foi intimado a capinar e limpar mil e duzentos metros de estrada como vingança por não participar de um esquema de corrupção.
05. O vocábulo “que” (2º parágrafo), sem prejuízo às relações coesivas originais, poderia ser substituído por “a qual”.
06. O segmento “Essa confusão” (3º parágrafo) refere-se à mistura entre as esferas pública e privada.
07. Verifica-se no quarto parágrafo uma relação de causa e efeito.
08. A oração “Ao se recusar a entrar no jogo da corrupção local” (1º parágrafo) expressa ideia de explicação.
09. O patrimonialismo, apresentado como fator que fomenta a corrupção, remonta ao período da colonização.
10. A partícula “para” (2º parágrafo) sugere noção de propósito.

**TEXTO II****Auditoria Social**

O processo de Auditoria Social teve início nos Estados Unidos em 1940, através de seu precursor Theodore J. Kréps, acadêmico e consultor do “Temporary National Economic Committee” (Comitê Temporário Econômico Nacional) criado pelo Congresso Americano em atendimento ao pedido feito em discurso pelo Presidente Franklin Roosevelt em 1938, que combatia dentre outras coisas, os monopólios. O ilustre Dr. Theodore J. Kréps desenvolveu metodologia própria de Auditoria Social e “auditou socialmente a economia americana e grandes empresas”, tornando de conhecimento público os resultados dessa “Auditação Social Americana”.

Foram desenvolvidos ao longo de dezenas de séculos, vários tipos de negócios, a maioria, através da apropriação do acervo que pertencia às comunidades locais. Terceiros exploravam os recursos naturais e se apropriavam dos conhecimentos ancestrais de acesso e disponibilidade aos mesmos. Esses patrimônios genéticos foram obtidos através da conexão do homem, diretamente com a natureza.

Grandes corporações movem-se global e livremente há muitos séculos, enquanto que a maioria das sociedades humanas e governos permanecem atreladas ao local físico. Uma das finalidades da Auditoria Social é a de identificar através da visibilidade de dados e informação integrados, o padrão de relacionamento indefinido público-privado, baseado na apropriação por parte de terceiros, da gestão de conhecimentos e recursos: conhecimentos humanos, sociais, ambientais, financeiros e econômicos, pertencentes as comunidades locais e a sociedade como um todo.

Muitos acadêmicos e empresários, confundem “Auditoria Social” com “Responsabilidade Social”, mas são processos que atendem a interesses específicos: enquanto a Responsabilidade Social mantém a “Entidade” como a única geradora de informação sobre a sua atuação (grandes empresas, governos e outros), caracterizando um monólogo, o mesmo não ocorre com a Auditoria Social, que se utiliza de outros dados, informações, conceitos, técnicas e metodologias, para gerar um Diálogo de Transformação Social Inclusivo.

Maria de Fátima de Lima Pinel, doutora em Auditoria, conceitua Auditoria Social como: “Um processo intervencionista social, que tem por objeto o controle do patrimônio universal (recursos humanos, sociais e ambientais) e por objetivo tornar esse acervo de recursos acessível e disponível, para usufruto sustentável das comunidades locais no presente e no futuro, em simetria com a sociedade global.

<http://www.auditoriasocial.com.br/>

Considerando os elementos linguísticos do texto II, julgue os itens a seguir.

11. De acordo com o texto, a identificação do padrão de relacionamento público-privado está entre os propósitos da Auditoria Social.
12. O termo “doutora em Auditoria” (5º parágrafo) exerce função sintática de aposto.
13. Infere-se do texto que a distinção entre “Auditoria Social” e “Responsabilidade Social” reside no fato de que aquela foca nas informações fornecidas pela própria entidade, caracterizando um monólogo, enquanto esta configura um diálogo.
14. Sem prejuízo à correção gramatical, a partícula “se” em “se apropriavam” (2º parágrafo) poderia ser deslocada para posição enclítica.
15. Prejudicaria a correção gramatical a inserção de uma vírgula após “combatia” (1º parágrafo).
16. Manteria a correção gramatical a substituição de “de conhecimento público” (1º parágrafo) por “público”.
17. Sem prejuízo gramatical, o primeiro período do segundo parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: Desenvolveu-se, ao longo de dezenas de séculos, vários tipos de negócio; a maioria, através da apropriação do acervo que pertencia às comunidades locais.
18. O adjetivo “global” (3º parágrafo) refere-se às grandes corporações.
19. A oração “há muitos séculos” (3º parágrafo) poderia ser reescrita da seguinte forma: fazem muitos séculos.

20. O sujeito da forma “se apropriavam” (2º parágrafo) está elíptico e tem como referente “Terceiros”.

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Rodrigo Rennó

21. A visão do cidadão como cliente para os serviços públicos ofertados pelo Estado é típica da administração pública gerencial.

22. O modelo burocrático da administração pública pressupõe uma maior liberdade gerencial aos gestores públicos, de maneira que seja potencializada a cobrança de resultados.

23. A administração pública gerencial não adota os mesmos pressupostos da iniciativa privada, em termos de planejamento, controle e resultados.

24. A reforma administrativa executada através do PDRAE conseguiu eliminar as práticas patrimonialistas nos diversos níveis da administração pública.

25. A Administração Paralela no governo de JK objetivava superar o modelo burocrático e instaurar uma máquina pública mais eficiente.

26. Após a reforma do Decreto Lei 200/67, foi deflagrado um processo de municipalização da gestão pública e, conseqüentemente, de concessão de maiores poderes aos municípios.

27. A governança pública é busca atender aos interesses da sociedade através da implantação de políticas públicas, sem desprezar o equilíbrio financeiro e fiscal do Estado.

28. O termo accountability está relacionado estritamente ao cumprimento de normas legais e estatutárias de um órgão público.

29. O controle social, ou popular, refere-se à participação da sociedade, como um todo, na elaboração, acompanhamento e monitoramento do poder público. Desta forma, a própria sociedade exerceria, então, o controle sobre o Estado.

30. O Portal da Transparência do Governo Federal foi lançado em 1993 e é responsabilidade do Tribunal de Contas da União, que recebe os dados de diversos órgãos do governo e disponibiliza em seu portal.

### **ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES**

Thiago Cavalcante

Os dados são uma das maiores novas tendências em tecnologia e negócios em geral. Os “especialistas” em dados estão rapidamente se tornando alguns dos indivíduos mais bem pagos do setor, e cada empresa deseja navegar na onda de recursos de dados. Sobre dados, informação, conhecimento e inteligência, gestão do conhecimento e dados não estruturados avalie os itens abaixo.

31. Os dados são apenas um conjunto de sinais ou símbolos. Podem ser vistos inclusive como apenas um ruído.

32. Quando aplicamos sistemas para organizar e classificar dados, podemos transformar informações não estruturadas em conhecimento.

33. A sabedoria nos permite prever o futuro corretamente, não apenas detectando e compreendendo padrões, mas também compreendendo profundamente o “porquê” por trás desses padrões.

34. O campo da gestão do conhecimento identifica dois tipos principais de conhecimento. Conhecimento explícito é o conhecimento ou habilidades que podem ser facilmente articulados e compreendidos e, portanto, facilmente transferidos para outras pessoas, também é chamado de conhecimento formal ou codificado. O conhecimento tácito, ao contrário, é o conhecimento que é difícil de articular, empacotar e transferir ordenadamente para outras pessoas.

Sobre o modelo relacional julgue os itens a seguir:

**35.** O modelo relacional tem algumas informações sobre questões de armazenamento físico.

**36.** O banco de dados é inconsistente (pelo menos de um ponto de vista formal) se e somente se houver alguma restrição de integridade que deveria estar em conformidade, mas não está.

**37.** O valor de uma determinada visão em um determinado momento é o resultado da avaliação de uma determinada expressão relacional - a expressão que define a visão, especificada quando a própria visão é definida.

**38.** Um índice é uma estrutura especial que, no modelo relacional, cada tabela só pode ter um índice.

Sobre o modelo multidimensional julgue os itens a seguir

**39.** Os dados em um warehouse são geralmente dados multidimensionais com atributos de medida e atributos de dimensão.

**40.** As tabelas dimensões contêm as informações primárias no data warehouse e, portanto, são muito grandes.

## AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Oliveira

**41.** Ao emitir opinião adversa, o auditor governamental concluiu, por meio de evidências, que há distorções irrelevantes no objeto.

**42.** Durante uma auditoria na Secretaria da Saúde, um auditor interno obteve evidências de que vacinas são aplicadas por técnicos em enfermagem em pessoas que não fazem parte de grupos de risco e que não necessitam das vacinas, em desacordo com as regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Nesse caso, o auditor interno deve informar em seu relatório que aplicou testes de observância e constatou que há falhas nos controles internos.

**43.** Uma dos procedimentos realizados na execução da auditoria é a revisão analítica, que consiste em um conjunto de procedimentos com o objetivo de identificar áreas prioritárias ou que devem concentrar maiores esforços do auditor. Entre as características desse conjunto de procedimentos, destaca-se a utilização de índices econômico financeiros.

**44.** Caso seja identificado risco significativo, o auditor não precisa associar possíveis controles da entidade ao risco identificado, tendo em vista que a simples identificação dele denota a ausência ou a falha do controle.

**45.** O controle interno é definido, no âmbito do Internal Control – Integrated Framework, edição do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), como sendo um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.

**46.** A existência de processo de avaliação de risco na entidade é indicador de que o controle interno está funcionando satisfatoriamente.

**47.** No caso de trabalhos de auditoria recorrentes, essas tarefas devem ser cumpridas logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior. A realização dessas tarefas permite ao auditor planejar o trabalho de auditoria para o qual, por exemplo, não há problemas de integridade da administração que possam afetar a sua disposição de continuar o trabalho.

**48.** Um achado de auditoria deve ser desenvolvido de forma a apresentar uma base sólida às conclusões e às propostas de encaminhamento dos auditores, atendendo, necessariamente, aos seguintes requisitos básicos: ser relevante, ser apresentado de forma objetiva e estar devidamente fundamentado em evidências e apresentar consistência de modo.

**49.** O instrumento de fiscalização denominado auditoria avalia o desempenho organizacional, bem como os sistemas, os programas, os projetos e as atividades governamentais, quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia dos atos praticados.

**50.** O relatório de auditoria é o instrumento formal e técnico por intermédio do qual a equipe de auditoria comunica aos leitores o objetivo e as questões de auditoria, o escopo e as limitações de escopo, a metodologia utilizada, os achados de auditoria, as conclusões e as propostas de encaminhamento. Um dos requisitos de qualidade desse relatório é a exatidão, que significa apresentar as necessárias evidências para sustentar seus achados, conclusões e propostas, procurando não deixar espaço para contra-argumentações.

**51.** Nas auditorias operacionais, a regra é submeter o relatório preliminar aos comentários dos gestores, inclusive os achados, as conclusões e as propostas de encaminhamento formuladas pela equipe. Nas demais auditorias, o encaminhamento do relatório preliminar aos gestores é obrigatório se houver achados de alta complexidade ou de grande impacto, e opcional nas demais situações, a critério do dirigente da unidade técnica.

**52.** A avaliação do risco de distorção relevante não pode mudar durante o curso da auditoria, para não influenciar na opinião do auditor.

**53.** Eficácia refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos.

**54.** O objeto da auditoria operacional, de acordo com as normas da INTOSAI, é a posição financeira, o desempenho, o fluxo de caixa ou outros elementos que são reconhecidos, mensurados e apresentados em demonstrações financeiras.

**55.** Nas auditorias de regularidade, as conclusões assumem a forma de opinião concisa e de formato padronizado sobre demonstrativos financeiros e sobre a conformidade das transações com leis e regulamentos, ou sobre temas como a inadequação dos controles internos, atos ilegais ou fraude.

## **CONTROLE EXTERNO**

**Herbert Almeida**

Julgue os itens seguintes sobre o controle da administração pública.

**56.** A fiscalização operacional tem o objetivo de analisar as operações realizadas pela administração pública, comparando essencialmente a conformidade dos atos com as normas pré-estabelecidas.

**57.** Não compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal para cargo de provimento em comissão.

**58.** A decisão do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito tem eficácia de título executivo, mas é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada nesse tipo de decisão.

**59.** Caso o Presidente da República não preste contas no prazo previsto na Constituição Federal, caberá à Câmara dos Deputados realizar a tomada de contas.

**60.** Se for instituído um território federal, a prestação de contas do governador desse território será submetida ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

**61.** Os tribunais de contas dos estados não têm competência para julgar as contas de gestão dos administradores públicos.



Sobre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens a seguir.

**62.** O Ministério Público que funciona junto ao TCE é órgão com fisionomia e autonomia própria em relação ao Tribunal de Contas do Estado, motivo pelo qual goza de capacidade processual para impetrar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal, no caso de violação das prerrogativas do órgão ministerial.

**63.** Os auditores ou conselheiros-substitutos são nomeados pelo Governador do RJ, dentre os cidadãos que sejam detentores de diploma de curso superior e satisfaçam os requisitos exigidos para o cargo de conselheiro.

**64.** Os conselheiros-substitutos gozam da vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de efetivo exercício no cargo.

**65.** O TCE goza de capacidade de auto-organização, possuindo competência para elaborar o seu próprio regimento interno, que somente poderá ser aprovado e alterado por deliberação da maioria absoluta dos conselheiros.

Maria é conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e, após a realização de mudança de domicílio, firmou contrato com a concessionária de distribuição de energia elétrica do Estado. Além disso, antes da posse, Maria atuava como professora em instituição de ensino superior. Por fim, Maria foi eleita por conselheiros de diversos tribunais de contas para desempenhar atribuição de direção em associação da classe dos membros das Cortes de Contas.

Sobre a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

**66.** O contrato com a concessionária de energia elétrica poderá ser firmado, inclusive com cláusulas especiais, uma vez que Maria ocupa cargo público de autoridade.

**67.** Maria poderá continuar desempenhando a profissão no magistério, mesmo após ser empossada como conselheira.

**68.** Em virtude da vedação ao direito de associação, Maria não poderá ocupar o cargo de direção na associação de classe, ainda que seja sem remuneração.

Considerando as disposições do Regimento Interno do TCE-RJ sobre os instrumentos de recurso, julgue os itens a seguir.

**69.** Caso um jurisdicionado do Tribunal faça confusão sobre o instrumento de recurso a ser adotado, será possível realizar a sua apreciação, desde que respeitadas a tempestividade e a legitimidade do recurso que seria correto à hipótese.

**70.** São irrecorríveis os pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado e pelos prefeitos municipais.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Fabiano Pereira

**71.** No que se refere aos objetos e às fontes do direito administrativo, entende-se que, com exceção dos costumes, são fontes do direito administrativo as leis, as doutrinas e as jurisprudências.

Julgue os itens a seguir acerca dos atos administrativos.

**72.** Entende-se que um ato administrativo de competência exclusiva de um determinado Prefeito, mas que foi publicado por um secretário desse mesmo município, mesmo não sendo vinculado, é considerado um ato insanável.

**73.** A autorização é um ato administrativo mediante o qual a Administração Pública faculta a um cidadão, de forma unilateral e vinculada, exercer determinada atividade para a qual preencha os requisitos legais.



**74.** O desfazimento de um ato válido em virtude do seu destinatário ter descumprido os requisitos necessários para a sua manutenção em vigor é denominado caducidade.

A respeito dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

**75.** A vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais a índices federais de correção monetária não viola a Constituição Federal.

**76.** Um concurso público de provas e títulos poderá ter validade de até um ano e ser prorrogado por mais um.

Julgue os itens a seguir sobre os poderes da administração pública.

**77.** A deslegalização nada mais é do que a permissão do Poder Legislativo, outorgada ao Poder Executivo, de editar normas de caráter técnico, de maneira inovadora.

**78.** As sociedades de economia mista, mesmo podendo exercer a atividade de polícia fiscalizatória, nunca podem aplicar sanções pecuniárias.

**79.** Atributo que, no exercício do poder de polícia, torna um ato obrigatório, independentemente da vontade do administrado, denomina-se autoexecutoriedade.

No que se refere ao regime jurídico-administrativo e aos princípios que regem a atuação da administração pública, julgue os itens a seguir.

**80.** Implícito no ordenamento jurídico pátrio, o princípio da proteção à confiança corresponde ao aspecto subjetivo da segurança jurídica.

**81.** Com vista a limitar a discricionariedade administrativa, fazendo com que a Administração Pública não se limite apenas à observância do princípio da legalidade de forma estrita, a doutrina incorporou em nosso direito o princípio da juridicidade.

Acerca da organização da administração pública, julgue os itens a seguir.

**82.** Por meio do acordo de colaboração a Administração Pública celebra uma parceria com a organização da sociedade civil, quando não envolver a transferência voluntária de recursos públicos.

**83.** As empresas públicas e as sociedades de economia mista respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros quando atuarem na prestação de serviços públicos.

Sobre o controle da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

**84.** O pedido escrito de informação, que tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública, está inserido no âmbito do controle judicial, conforme a Constituição Federal de 1988.

**85.** O controle provocado, que ocorre nos casos de interposição de um recurso administrativo, é uma espécie de controle que se contrapõe ao controle de ofício.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Ricardo Vale

Julgue as afirmações que se seguem, a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos:

**86.** O indivíduo que, por motivos de crença religiosa ou filosófica, recusar-se a cumprir determinação legal, diante da ausência de lei fixando prestação alternativa, não estará sujeito à perda de seus direitos políticos.

**87.** Pessoas jurídicas não podem figurar no polo ativo ou como pacientes em *habeas corpus*.

**88.** Os sindicatos poderão atuar como substitutos processuais apenas no mandado de segurança coletivo.

**89.** O princípio da reserva legal simples determina que determinados assuntos devem ser disciplinados por meio de lei formal, sem especificar o conteúdo da norma a ser produzida. Já a reserva legal qualificada impõe que o ato normativo infraconstitucional seja elaborado conforma regras predeterminadas no texto constitucional.

A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue as próximas afirmações:

**90.** Operações financiadas com recursos públicos poderão ser acessadas pelo TCU, sendo descabido cogitar de violação à intimidade por quebra de sigilo bancário, nessa hipótese.

**91.** Os nove Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.

Em relação às disposições contidas na CF/88 a respeito do Poder Legislativo, julgue o que segue:

**92.** A convocação extraordinária do Congresso Nacional, na hipótese de decretação do estado de defesa ou do estado de sítio, não poderá ser feita pelo Presidente da República.

**93.** Cada Território Federal elegerá um número fixo de 4 senadores.

Julgue o que se afirma abaixo, sobre o processo legislativo descrito na Constituição Federal:

**94.** Projeto de lei de iniciativa privativa do Presidente da República, proposto por parlamentar, será válido se sancionado pelo chefe do Poder Executivo.

**95.** O processo legislativo relativo às medidas provisórias terá início, obrigatoriamente, na Câmara dos Deputados.

Com base nas normas atinentes ao Poder Executivo, presentes na atual Constituição, julgue o que se afirma a seguir:

**96.** O Presidente poderá delegar aos Ministros de Estado a atribuição de extinguir órgãos públicos, desde que não implique aumento de despesas.

Sobre as normas constitucionais relativas ao Poder Judiciário, julgue a afirmação a seguir:

**97.** Após adquirirem a vitaliciedade, os membros do Poder Judiciário não podem mais perder o cargo.

Com base no que estabelece a Constituição da República sobre as funções essenciais à justiça, julgue o que se afirma a seguir:

**98.** O Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República serão livremente nomeados pelo Presidente da República, sendo dispensada a aprovação do Senado, por maioria absoluta.

Sobre os direitos políticos elencados na Constituição da República, julgue o que se estatui a seguir:

**99.** Caso seja editada uma lei alterando o processo eleitoral, ela entrará em vigor na data de sua publicação, mas não será aplicável às eleições que ocorrerem a menos de um ano da data de sua vigência.

No que se refere aos direitos de nacionalidade, conforme preleciona a Constituição Federal, julgue a próxima assertiva:

**100.** O brasileiro nato jamais poderá ser extraditado, já que não está sujeito à perda da nacionalidade brasileira.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****AFO**

Luciana Marinho

**101.** O princípio da anualidade é reforçado quando a CF/88 afirma que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

**102.** Segundo o princípio do orçamento bruto, a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras. Sendo assim, as cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.

**103.** Diante das caudas orçamentárias que existiam no período anterior à Constituição de 1988, o princípio da exclusividade foi reforçado por nossa Carta Magna, não tolerando exceção, quando diz que a lei orçamentária anual deve conter tão somente matéria relativa à previsão da receita e à fixação da despesa.

**104.** Segundo preceitua a Lei 4.320/64, os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo. Nesse contexto, se o ente federativo obtiver excesso de arrecadação no mesmo exercício, será deduzido os créditos extraordinários aberto no exercício.

**105.** Segundo a Lei 4.320/64, a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificada. Nesse contexto, entre as fontes para abertura trazidas pela lei poderá indicar aquelas que em decorrência de veto ficarem sem despesas correspondentes.

**106.** Segundo a Lei 4.320/64, a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas leis orgânicas dos municípios, terá em sua composição especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificção econômica, financeira, social e administrativa.

**107.** Durante a elaboração da LDO, deverá ser feito, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

**108.** O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. No momento de sua criação, obedecendo dispositivo Constitucional, tal plano deve estar compatível com instrumento de planejamento de médio prazo.

**109.** A Lei 4.320/64, trouxe em seu arcabouço a previsão de uma programa da despesa que diz que, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

**110.** Segundo a LRF, as previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para o exercício seguinte àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.



**111.** Sobre a LRF, julgue o item a seguir:

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a LRF e contera reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**112.** Quanto à origem, as receitas são classificadas como patrimoniais e são as receitas oriundas da exploração do patrimônio imobiliário do Estado, como aluguéis, royalties de ente controlador, dividendos e juros de aplicação financeira.

**113.** Em relação à receita pública, julgue o item que se segue:

Segundo a Lei 4.320/64, as receitas tributária, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes são receitas correntes e o superávit do orçamento corrente receita de capital.

**114.** Em relação a LRF, julgue o item a seguir:

Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

**115.** Julgue o item a seguir, de acordo com a Constituição:

A transferência direta de recursos de emendas parlamentares a Estados, ao DF e a municípios, denominada transferência especial necessita de um instrumento de pactuação entre os entes federados, uma vez que pertencerá ao ente repassador após concluído o repasse.

**116.** De acordo com Lei 4.320/64, o controle da execução orçamentária compreenderá, entre outros, a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações e a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.

**117.** Por conta da pandemia provocada pelo coronavírus, a execução da LOA de 2020 de determinado Estado destinou recursos vinculado à educação para a saúde pública como medida de combate ao estado de calamidade pública. Nesse contexto, tal situação é ilegal, pois a LRF preconiza que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**118.** De acordo com a LRF, julgue o item a seguir:

O financiamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

**119.** De acordo com a LRF, julgue o item a seguir:

A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

**120.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo e demais poderes estabelecerão a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, que será elaborado até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

## ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Thiago Cavalcanti

Sobre mineração de dados julgue os itens a seguir

**121.** Várias ações podem fazer parte das atividades de pré-processamento dos dados no processo de mineração. As rotinas de limpeza de dados combinam dados de várias fontes para formar um armazenamento de dados coerente.

**122.** As técnicas de redução de dados (data reduction) obtêm uma representação reduzida dos dados enquanto minimizam a perda do conteúdo da informação.

**123.** A classificação é uma forma de análise de dados que extrai modelos que descrevem classes de dados. Um classificador, ou modelo de classificação, prevê um valor numérico específico dentro de um intervalo contínuo e fechado.

**124.** Suponha que um determinado processo estatístico seja usado para gerar um conjunto de objetos de dados. Um outlier é um objeto de dados que se desvia significativamente do resto dos objetos, como se fosse gerado por um mecanismo diferente.

Sobre big data julgue os itens a seguir

**125.** Um dos problemas que Big Data e Big Data Analytics ajuda a resolver é o de empresas que acabam descartando dados precisos por falta de conhecimento ou tratamento.

**126.** Big Data é uma coleção de conjunto de dados, grandes e complexos, que não podem ser processados por banco de dados ou aplicações de processamento tradicionais.

**127.** MapReduce é um sistema de armazenamento compartilhado, distribuído e altamente confiável para processamento de grandes volumes de dados através de clusters de computadores.

Sobre SQL julgue os itens a seguir

**128.** Suponha que você queira filtrar registros de saída com base em um valor agregado, para tal você deve usar a cláusula WHERE.

**129.** Uma consulta SQL não pode ser espalhada por diversas linhas e faz diferenciação entre letras maiúsculas e minúscula na declaração dos nomes de atributos e tabelas.

**130.** As junções nos permitem pegar dados espalhados por várias tabelas e costurá-los em algo mais significativo e descritivo.

## **AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

Tonyvan Oliveira

**131.** O auditor pode considerar diversos temas adicionais (previstos nesta norma) na definição da estratégia global e do plano de auditoria, exceto se for proibido, por lei ou norma, manter contato com o auditor antecessor, por exemplo, para conduzir a revisão de seus papéis de trabalho. Outro tema que pode ser considerado é a aplicação de normas de elaboração de relatórios, discutida com a administração e relacionada à escolha do auditor.

**132.** Os conteúdos dos registros das mudanças significativas na estratégia global de auditoria e no plano de auditoria e respectivas mudanças na natureza, época e extensão planejadas dos procedimentos de auditoria explicam o motivo de mudanças significativas, a estratégia global e o plano de auditoria adotado para a auditoria.

**133.** Os requisitos básicos do achado de auditoria são: situação encontrada, critério, causa, efeito e evidências.

**134.** Com relação aos tipos de auditoria governamental, julgue o item a seguir.

Ao contrário das auditorias operacionais, que adotam padrões relativamente fixos, as auditorias de regularidade, devido à variedade e complexidade das questões tratadas, possuem maior flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria, métodos de trabalho e forma de comunicar as conclusões de auditoria.

**135.** Em relação aos relatórios de auditoria governamental, julgue o item a seguir.

Nas auditorias de regularidade, as conclusões assumem a forma de opinião concisa e de formato padronizado sobre demonstrativos financeiros e sobre a conformidade das transações com leis e regulamentos, ou sobre temas como a inadequação dos controles internos, atos ilegais ou fraude. Nas auditorias operacionais, o relatório trata da economicidade e da eficiência na aquisição e aplicação dos recursos, assim como da eficácia e da efetividade dos resultados alcançados.

**136.** Enquanto nas auditorias de regularidade o exame da materialidade está diretamente relacionado ao montante de recursos envolvidos, nas auditorias operacionais essa é uma questão menos subjetiva e pode basear-se em considerações sobre a natureza ou o contexto do objeto auditado.

**137.** O ciclo de auditoria operacional se inicia com o planejamento.

**138.** A etapa de monitoramento destina-se a acompanhar as providências adotadas pelo auditado em resposta às recomendações e determinações exaradas pelo Tribunal de Contas, assim como aferir o benefício decorrente de sua implementação..

**139.** Durante o processo de seleção de objetos de auditoria, o auditor governamental pode fazer uso de critérios para selecionar objetos específicos de auditoria, entre os quais se destacam os citados nos normativos da Intosai e do TCU: materialidade, relevância e vulnerabilidade.

**140.** O critério de relevância indica que as auditorias selecionadas devem procurar responder questões de interesse da sociedade, que estão em debate público e são valorizadas. Nesse contexto, somente o julgamento profissional e o ceticismo profissional são meios que podem ser usados para aferir a relevância do possível objeto de auditoria.

**141.** O planejamento de auditoria visa delimitar o objetivo e o escopo da auditoria, definir a estratégia metodológica a ser adotada e estimar os recursos, os custos e o prazo necessários a sua realização. Nos termos no Manual de Auditoria Operacional do TCU, são atividades do planejamento, dentre outros, a análise preliminar do objeto de auditoria; a definição do objetivo e escopo da auditoria e a especificação dos critérios de auditoria.

**142.** Na fase de análise preliminar do planejamento, podem ser utilizadas técnicas com a finalidade de traçar diagnóstico a partir da interpretação sistemática das informações coletadas e da identificação dos principais problemas relativos ao desempenho do objeto selecionado. Dentre essas técnicas, destaca-se o mapa de processos que possuem os seguintes objetivos: conhecer o funcionamento de processos de trabalho, Identificar boas práticas e Identificar oportunidades para racionalização e aperfeiçoamento de processos de trabalho.

**143.** A partir do conhecimento construído durante a análise preliminar do objeto de auditoria, a equipe deverá definir o objetivo da auditoria por meio da especificação do problema e das questões de auditoria que serão investigadas. Nesse contexto, o escopo do trabalho é o elemento central na determinação do direcionamento dos trabalhos de auditoria, das metodologias e técnicas a adotar e dos resultados que se pretende atingir.

**144.** O tipo de questão formulada terá uma relação direta com a natureza da resposta e a metodologia a adotar. Podemos classificar questões de auditoria em quatro tipos: descritivas, normativas, avaliativas (ou de impacto, ou de causa-e-efeito) e exploratórias.



**145.** O processo de validação da matriz de planejamento passa por duas etapas. Primeiramente, após a revisão do supervisor, a matriz de planejamento deve ser submetida a um painel de referência com o objetivo de colher críticas e sugestões para seu aprimoramento. A segunda etapa do processo de validação consiste na apresentação da matriz de planejamento aos gestores do órgão ou programa auditado, depois dos ajustes necessários em função do resultado das discussões do painel de referência. A finalidade desse procedimento é apresentar o resultado da etapa de planejamento, realizada com a participação do gestor, visando obter seu comprometimento com o objetivo e a condução da auditoria.

**146.** Uma vez definida e validada a matriz de planejamento, passa-se à elaboração dos instrumentos de coleta de dados que serão utilizados na elaboração do relatório.

**147.** A etapa de execução consiste na obtenção de evidências apropriadas e suficientes para respaldar os achados e conclusões da auditoria. As principais atividades realizadas durante a execução são: desenvolvimento dos trabalhos de campo; análise dos dados coletados; elaboração e validação da matriz de planejamento.

**148.** Achado é a discrepância entre a situação existente e o critério. Achados são situações verificadas pelo auditor durante a elaboração do relatório que serão usadas para responder às questões de auditoria.

**149.** As constatações e informações obtidas durante a execução da auditoria, bem como as propostas de conclusões, recomendações e determinações, são registradas na matriz de planejamento.

**150.** A elaboração do relatório de auditoria não deve considerar o ponto de vista do leitor, mas somente o ponto de vista do auditor.

## CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

**151.** As seguintes informações foram extraídas do Balanço Orçamentário e do Balanço Financeiro de uma Entidade Pública referentes ao exercício financeiro de 20X1, em reais.

Previsão Atualizada das Receitas Correntes	R\$ 1.750.000,00
Receitas Correntes Realizadas	R\$ 1.745.000,00
Dotação Atualizada das Despesas Correntes	R\$ 1.720.000,00
Despesas Correntes Empenhadas	R\$ 1.715.000,00
Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/20X1	R\$ 90.000,00
Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	R\$ 65.000,00
Transferências financeiras recebidas	R\$ 195.000,00
O resultado financeiro da Entidade Pública referente ao ano de 20X1 foi R\$ 255.000,00	

**152.** Nos termos adotados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com base nos dizeres sobre Ativo Imobilizado, analise a assertiva subsequente.

Os elementos do ativo imobilizado que possuem vida útil limitada, estarão sujeitos à depreciação sistemática durante esse período. Em função disso, a depreciação cessará quando este se torna ocioso ou é retirado provisoriamente de utilização, sendo novamente depreciado se houver uma reavaliação acompanhada de análise técnica, comprovando sua vida útil restante.

**153.** De acordo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a prática de ajuste dos estoques consiste de que os ativos não estejam mensurados a valores superiores nos quais se esperam que sejam realizados. Com base no exposto, julgue a assertiva.

Os custos dos estoques podem não apresentar recuperabilidade caso os estoques estejam danificados, se estiverem obsoletos, total ou parcial, ou se os preços de venda forem reduzidos. Além disso, podem não ser passíveis de recuperação, se os custos de acabamento ou os custos estimados a serem incorridos para realizar a venda tiverem apresentado aumento.

**154.** Os ativos intangíveis podem ser adquiridos mediante a permuta por um ou mais ativos não monetários. Com exposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, julgue o item subsequente.

Os ativos intangíveis recebidos e cedidos para os quais exista mensuração confiável são avaliados pelo valor justo. Nesse caso, o valor justo do ativo cedido será utilizado para determinar o custo.

**155.** Sobre o reconhecimento e mensuração da perda por redução ao valor recuperável do ativo gerador de caixa disposto no MCASP, analise o item subsequente.

Caso haja indicação de que o ativo gerador de caixa possa ser objeto de redução ao valor recuperável, esse valor deverá ser estimado para o ativo individual. Não possuindo o valor estimado para o ativo individual, a entidade deverá determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa ao qual o ativo pertence.

**156.** Na abordagem do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre transação sem contraprestação, analise o item subsequente.

Uma transação sem contraprestação, em via de regra, gera uma VPA (Variação Patrimonial Aumentativa) ao ente recebedor. Todavia, essa transação pode gerar custos, ocasionando na contabilização de uma VPD (Variação Patrimonial Diminutiva).

**157.** Em detrimento com a NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação, julgue a assertiva subsequente.

A receita deve ser reconhecida apenas quando for provável que os benefícios econômicos ou potencial de serviços associados à transação fluirão para a entidade. Caso decorra de incertezas acerca do valor já reconhecido como receita ou o valor cujo recebimento tenha deixado de ser provável, deve ser reconhecido um ajuste no valor da receita reconhecida antecedente.

**158.** As receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em ordinárias e vinculadas. Diante do exposto, analise a afirmativa e julgue-a.

As receitas e despesas orçamentárias vinculadas compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e aplicação de recursos, para atender quaisquer finalidades.

**159.** Em conformidade com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, analise a assertiva e julgue-a

A Demonstração das Variações Patrimoniais possui as mesmas funções da Demonstração do Resultado do Exercício do setor privado, apresentando o resultado patrimonial como um importante indicador de desempenho do ente público, tendo premissa, para esse indicador, o quanto que o serviço público ofertado afetou os elementos patrimoniais quantitativamente.

**160.** Com base na NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue o item subsequente.

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta as entradas e saídas de caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento. As informações prestadas por essa demonstração, permite aos usuários avaliarem como o ente público obteve esses recursos para financiar suas atividades e como foram utilizados.

**161.** O balanço patrimonial, com base na Lei 4.320/64, compõe-se dos seguintes grupos: Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação. Diante do exposto e com base no que rege a lei, julgue a afirmativa subsequente.

O Ativo Permanente compreenderá os bens, os créditos e valores, cuja mobilização ou alienação independem de autorização legislativa.

**162.** O balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária. Com base nos dizeres da Lei 4.320/64, julgue o item a seguir.

Os restos a pagar do exercício serão computados na receita orçamentária, como compensação da sua inclusão na despesa orçamentária.

**163.** Conforme prevê o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a relação da receita orçamentária pode ser efetiva ou não efetiva. Sobre o disposto, julgue o item subsequente.

Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos foram precedidos de registro de reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes.

**164.** Acerca da receita orçamentária e em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue a assertiva.

As receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em ações e programas, visando atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

**165.** Quanto aos registros da receita orçamentária, segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, analise o seguinte lançamento e julgue a assertiva a seguir.

D – Receita a Realizar

C – Receita Realizada

Esse lançamento é decorrente da previsão da receita no momento da aprovação da Lei Orçamentária Anual.

**166.** Acerca das despesas orçamentárias, analise a assertiva e julgue-a.

O orçamento é um instrumento de planejamento no âmbito do setor público, sendo de suma relevância, ao fixar a despesa pública para o exercício financeiro, o qual coincide com o ano civil, nos termos da Lei n. 4.320/64.

**167.** Quanto à classificação da despesa orçamentária e sobre a classificação institucional analise a assertiva e julgue-a.

A classificação institucional constitui-se de cinco dígitos sendo os dois primeiros à identificação do órgão e os demais à unidade orçamentária.

**168.** A etapa do planejamento, envolve a formulação do plano e as ações governamentais, que sustentam a fixação da despesa orçamentária. Diante do exposto, julgue a assertiva subsequente acerca da descentralização de créditos orçamentários.

Quando ocorre a descentralização de créditos envolvendo unidades gestoras de um mesmo órgão, temos a descentralização interna, também denominada de provisão. Quando essa descentralização envolve unidades gestoras de diferentes órgãos ou entidades de estrutura diferentes, temos a descentralização externa, também denominada de destaque.

**169.** Conforme no disposto sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas contábeis são identificadas por 7 níveis de desdobramentos e composto por 9 dígitos. Acerca do assunto, analise a assertiva e julgue-a.

Os entes da Federação somente poderão detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP. A única exceção a esta regra corresponde à abertura do 6º nível (subtítulo) das contas de natureza patrimonial, que obrigatoriamente será classificado em Intra OFSS, Inter OFSS (União, Estados ou Municípios) ou Consolidação.

**170.** Com base na NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual, julgue a assertiva subsequente.

Os Relatórios Contábeis de Propósito Gerais além de serem elaborados para atender às necessidades de informações na prestação de contas, responsabilização e para tomada de decisão aos usuários dos serviços e provedores de recursos, podem também fornecer informações úteis para outros indivíduos ou entidades para propósitos distintos.



**CONTROLE EXTERNO**

Herbert Almeida

**171.** Constitui controle parlamentar direto, também conhecido como controle político, o controle que o Congresso Nacional realiza quando susta os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

**172.** Cabe às câmaras municipais o julgamento das contas dos prefeitos municipais, a partir de parecer prévio elaborado pelo TCE RJ, sem natureza vinculante, mas que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da câmara municipal.

**173.** O Tribunal de Contas não pode realizar controle de legalidade de ofício.

**174.** A Constituição do Estado poderá atribuir ao TCE a competência para examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.

**175.** O Tribunal de Contas deverá promover a anulação de ato ilegal, caso a autoridade administrativa não cumpra a sua determinação de adotar as medidas necessárias para o exato cumprimento da lei.

**176.** O TCE-RJ, no exercício do controle externo, não poderá aplicar a pena de demissão a servidor público, mas poderá propor à autoridade administrativa a aplicação dessa sanção.

**177.** O Tribunal de Contas, por maioria dos membros presentes na sessão de deliberação, poderá, cumulativamente, ou não, com outras sanções, aplicar ao responsável, por prática de atos irregulares, a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública estadual ou municipal, por prazo não superior a cinco anos.

**178.** Com fundamento exposto na Constituição Federal, o Tribunal de Contas poderá adotar tutela provisória, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada.

**179.** No caso de contas iliquidáveis, após o decurso do prazo de cinco anos, se não houver nova decisão sobre o caso, as contas serão consideradas encerradas, com baixa na responsabilidade do responsável.

**180.** As contas que evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal serão julgadas regulares, desde que o ato ilegal não possua natureza grave e não represente injustificado dano ao erário.

**181.** A realização de auditorias governamentais é prerrogativa exclusiva dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, sendo vedada a contratação de empresas ou auditores especializados, ainda que para o desempenho de trabalho eventual e subsidiário.

**182.** Para verificar o cumprimento de suas determinações, o Tribunal poderá adotar o acompanhamento, como instrumento de fiscalização aplicável às auditorias governamentais.

**183.** O TCE recebeu denúncias sobre supostas irregularidades em contratos de um município sujeito à sua jurisdição. Após os trabalhos iniciais, constatou-se a necessidade de apurar o fato *in loco*. Nessa situação, o instrumento de fiscalização cabível será o levantamento.

Após o TCE receber denúncia sobre irregularidades em processo licitatório, o Relator do processo emitiu tutela provisória, determinando que a autoridade administrativa suspendesse os atos da licitação e, caso o processo já tivesse sido homologado, que a autoridade não realizasse a contratação.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

**184.** Contra a decisão do relator, caberá agravo dirigido ao próprio relator, no prazo de cinco dias contados a partir da ciência da decisão. Nesse caso, o relator poderá reconsiderar a sua decisão ou submetê-la ao Plenário, no prazo regimental.

**185.** Caso o processo de licitação já tivesse sido objeto de homologação, não caberia a aplicação de tutela provisória, uma vez que o TCE não dispõe de competência para sustar contratos administrativos.

## LICITAÇÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

Fabiano Pereira

No que se refere aos processos de licitações públicas, julgue os itens a seguir.

**186.** De acordo com o princípio da impessoalidade, a administração não pode, concluída a licitação, atribuir o objeto desse procedimento a outrem que não o vencedor.

**187.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade, de acordo com a lei, devendo protocolar o pedido até quatro dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

**188.** Não se faz necessário, no projeto básico, que o mesmo contenha todos os métodos construtivos, mas informações que possibilitem o estudo e a dedução desses métodos.

**189.** A ocorrência de calamidade pública não acarreta a inexigibilidade de licitação.

**190.** Na ocorrência de situação de emergência pública, uma vez celebrado um determinado contrato por meio da inexigibilidade de licitação para atender a necessidade temporária da população afetada, não é juridicamente possível a prorrogação desse contrato, que tem uma limitação temporal de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

Julgue os próximos itens sobre a modalidade licitatória pregão.

**191.** O pregão poderá ser utilizado para compras e contratações de bens e serviços comuns, quando estes forem efetuados pelo sistema de registro de preços.

**192.** No pregão, as propostas terão validade de 180 (cento e oitenta) dias, caso outro prazo não esteja previsto no edital.

**193.** Mesmo para a aquisição de bens ou prestação de serviços comuns, não é possível utilizar a modalidade licitatória pregão pelo critério de técnica e preço.

No que se refere ao sistema de registro de preços, julgue os itens a seguir.

**194.** Os órgãos e entidades da administração pública federal não poderão aderir à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

**195.** Cabe ao órgão participante aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A respeito dos contratos administrativos, julgue as assertivas a seguir.

**196.** O STJ entende que a contratação direta, quando não for caracterizada situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, não gera dano ao erário, caso o interesse público tenha sido comprovado.

**197.** Uma das prerrogativas conferidas à Administração Pública, e que a coloca em superioridade em relação ao particular, é a possibilidade de ocupar provisoriamente bens imóveis vinculados ao objeto do contrato.

**198.** Preservado o equilíbrio econômico-financeiro de determinado contrato, admitem-se acréscimos superiores aqueles previstos em lei.

**199.** Mesmo diante da culpa exclusiva da Administração Pública, a contratada não dispõe da prerrogativa de rescisão unilateral do contrato.

**200.** Os contratos administrativos verbais não são admitidos no âmbito da Administração Pública.

## Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-Controle-Externo-29-08-20>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>